



Sistema de Certificação Participativa dos Circuitos Curtos Agroalimentares

(Ação 20.2.- “Rede Rural Nacional” – Área de Intervenção 3 da Medida 20 – “Assistência Técnica PDR”)

AVALIAÇÃO DO PROJETO

Relatório Final



julho de 2022

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Objetivos	1
1.2	Metodologia Utilizada	1
2	O PROJETO	2
2.1	Constituição da parceria	2
2.2	Objetivo Global	2
2.3	Oportunidade a abordar	2
2.4	Objetivos visados	2
2.5	Resultados	2
3	PLANO DE AÇÃO DETALHADO	3
3.1	Atividade 1 - Construção da Metodologia de Certificação Participativa	3
3.2	Atividade 2 - Divulgação e Partilha de Conhecimento	4
3.3	Atividade 3 - Definição de Propostas de Política e Recomendações Estratégicas	4
3.4	Atividade 4 - Avaliação do Projeto	5
3.5	Cronograma	6
3.6	Orçamento Financeiro	7
3.6.1	ADREPES	7
3.6.2	Restantes parceiros do projeto	9
4	ATIVIDADES REALIZADAS	10
4.1	No âmbito da Atividade 1 - Construção da Metodologia de Certificação Participativa	10
4.2	No âmbito da Atividade 2 - Divulgação e Partilha de Conhecimento	12
4.3	No âmbito da Atividade 3 - Definição de Propostas de Política e Recomendações Estratégicas	14
4.4	No âmbito da Atividade 4 - Avaliação do Projeto	15
5	REALIZAÇÃO TEMPORAL	16
6	REALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO FINANCEIRO	17
6.1	ADREPES	17
6.2	Restantes parceiros do projeto	17
7	ANÁLISE CRÍTICA	19
7.1	Atividade 1 - Construção da Metodologia de Certificação Participativa	19
7.2	Atividade 2 - Divulgação e Partilha de Conhecimento	20
7.3	À Definição de Propostas de Política e Recomendações Estratégicas	21
8	CONCLUSÕES	22

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Cronograma inicial.....	6
Tabela 2 – Cronograma ajustado	7
Tabela 3 – Orçamento Financeiro da ADREPES por rúbricas.....	7
Tabela 4 – Orçamento Financeiro da ADREPES por atividade	8
Tabela 5 – Orçamento Financeiro da ADREPES ajustado	8
Tabela 6 – Orçamento Financeiro ajustado da ADREPES por rúbricas	9
Tabela 7 – Orçamento Financeiro ajustado da ADREPES por atividade	9
Tabela 8 – Orçamento Financeiro dos parceiros por rúbrica	9
Tabela 9 – Realização do Orçamento Financeiro da ADREPES por rúbricas.....	17
Tabela 10 – Realização do Orçamento Financeiro da ADREPES por atividade	17
Tabela 11 – Realização do Orçamento Financeiro dos parceiros por rúbrica	18

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Quadro síntese do projeto.....	6
Figura 1 – Logótipo do sistema participativo de garantia dos CCA	13

1 INTRODUÇÃO

1.1 *Objetivos*

No âmbito da “Ação 20.2- Rede Rural Nacional – Área de Intervenção 3, da Medida 20 – Assistência Técnica do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020”, a **Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal (ADREPES)**, em conjunto com 8 parceiros, apresentou um projeto intitulado por “**Sistema de Certificação Participativa dos Circuitos Curtos Agroalimentares**” tendo em vista criar um sistema de certificação participativa associada aos CCA, que incorpore requisitos que validem os processos de produção e comercialização, sendo o projeto aprovado em 19 de dezembro de 2018, cabendo a sua avaliação ao Instituto Politécnico de Setúbal.

Trata-se de uma avaliação que, mais do que verificar o grau de cumprimento dos objetivos estabelecidos, procurará efetuar uma análise dos desvios e proceder a uma reflexão sobre o seu desenvolvimento e identificação de debilidades.

1.2 *Metodologia Utilizada*

A metodologia utilizada para a elaboração do presente relatório passou por uma recolha, análise e seleção da documentação existente, a partir da qual se procedeu a um levantamento das ações desenvolvidas no âmbito do projeto, refletindo os respetivos promotores, tipos de ação e resultados alcançados.

Com base nos dados obtidos e nas análises efetuadas, procedeu-se a uma análise crítica às ações desenvolvidas no âmbito do projeto.

Uma versão preliminar foi sujeita à apreciação e discussão com os representantes da parceria com os quais se pretendeu proceder a uma reflexão sobre o desenvolvimento do projeto e validar a análise efetuada.

2 O PROJETO

2.1 Constituição da parceria

Para o desenvolvimento do projeto foi constituída a seguinte parceria:

- ADER-SOUSA - Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa
- ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte
- ADREPES - Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal
- ATAHCA - Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem Cávado e Ave
- CMF- COIMBRAMAISFUTURO - Associação de Desenvolvimento Local de Coimbra
- DRAPLVT - Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo
- MONTE - Desenvolvimento Alentejo Central, Ace
- PRÓ-RAIA - Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte
- TAGUS - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior

O projeto conta ainda com o acompanhamento técnico e científico do Instituto Superior de Agronomia, da Universidade de Córdoba e do Instituto Politécnico de Setúbal.

2.2 Objetivo Global

Criação de um sistema de certificação participativa associada aos Circuitos Curtos Agroalimentares (CCA), que incorpore requisitos que validem os processos de produção e comercialização.

2.3 Oportunidade a abordar

Com o surgimento de um conjunto de CCA a nível nacional, importa construir um sistema de certificação participativa¹, que incorpore requisitos e ações que validem os processos de produção e comercialização junto de produtores e consumidores, como garante de qualidade e credibilidade.

O resultado será a **produção de um referencial metodológico**, que seja reconhecido pelos vários intervenientes dos CCA e **validado pelas entidades públicas competentes**. Pretende-se que o referencial incorpore um conjunto de valores e compromissos assumidos pelos produtores, designadamente: cumprimento das **boas práticas agrícolas e comerciais; preocupação com o meio ambiente; incentivo** à organização e produção agrícola familiar e planeamento do sistema alimentar associado aos processos de comercialização de proximidade.

2.4 Objetivos visados

- a) Apoiar a organização e divulgação de iniciativas CCA, com enfoque na mobilização dos agentes para a sua certificação.
- b) **Propor recomendações estratégicas e políticas para melhorar a implementação dos CCA.**

2.5 Resultados

- a) Elaboração de um guia de apoio ao processo de certificação para a implementação dos CCA;
- b) Produção de um documento com propostas de política e recomendações estratégicas.

¹ Com o desenrolar do projeto foi adotada a terminologia internacional da IFOAM “**Sistema Participativo de Garantia**”

3 PLANO DE AÇÃO DETALHADO

3.1 Atividade 1 - Construção da Metodologia de Certificação Participativa

Descrição detalhada da atividade ²

Conceção e estruturação de um referencial técnico e metodológico que sirva como guia de apoio ao processo de certificação participativa dos CCA, prevendo a sua sustentabilidade e transferibilidade, mas também a sua acreditação junto das entidades públicas competentes, para o seu enquadramento legal. Operacionalização da iniciativa SPG.

Objetivos específicos

- Identificar e capitalizar boas práticas e experiências relevantes na área dos CCA em Portugal e na Europa;
- Promover a participação dos vários agentes locais;
- Construir e estruturar a metodologia de certificação participativa dos CCA em Portugal;
- Operacionalizar e avaliar a iniciativa SPG.

Metodologia utilizada

A organização e mobilização de núcleos regionais participativos, constituídos pelos agentes locais dos territórios envolvidos, designadamente, produtores, consumidores e entidades, que integram diferentes processos de CCA, serão efetuadas por abrangência territorial, sendo responsabilidade de cada GAL a sua identificação e envolvimento ao longo do projeto.

Principais resultados e produtos

Construção do referencial metodológico de implementação do sistema de certificação participativa dos CCA. Aprovação e emissão do certificado SPG

Relação entre resultados e objetivos

A construção da metodologia de certificação participativa envolverá diversos atores locais com intervenção na área dos CCA (**produtores, consumidores, técnicos, decisores, organismos públicos e privados**), numa perspetiva de trabalho colaborativo entre pares, o que permitirá capitalizar e mutualizar recursos e experiências. A definição de estratégias conjuntas assumidas por todos os participantes, perspetiva a futura disseminação dos resultados do projeto como garante da sua sustentabilidade

² A descrição da presente atividade tem em conta o apresentado na elaboração da candidatura e os esclarecimentos prestados que acompanharam o pedido de prorrogação de prazo por mais um ano, em 19/02/2021, em que se apresenta a iniciativa e operacionalização dos SPG, entre outros:

- Definição dos custos operacionais de financiamento do SPG;
- Estabelecimento dos Grupos e/ou Comissões que constituem a estrutura básica do SPG, bem como respetivas funções e composição;
- Registo do “plano de gestão da exploração” dos agricultores envolvidos no SPG;
- Aprovação e emissão do certificado SPG.

3.2 Atividade 2 - Divulgação e Partilha de Conhecimento

Descrição detalhada da atividade

Criação de um **guia de apoio que sistematize e disponibilize todo o processo de certificação, documentos, relatórios e registo de boas práticas**, subscrevendo-se como um diretório de implementação dos CCA. Organização de momentos de **apresentação e difusão dos resultados**, com especial enfoque para o **Seminário Final**, onde se espera envolver produtores, consumidores, técnicos e decisores políticos, com o intuito de divulgar os impactos da implementação do Sistema de Certificação Participativa.

Objetivos específicos

- Organizar e sistematizar a informação produzida no âmbito do projeto;
- Disseminar e transferir os resultados e os impactos alcançados;
- Partilhar e transferir conhecimentos e boas práticas;
- Disponibilizar o processo de certificação participativa.

Metodologia utilizada

- Realização de **seminários e reuniões de divulgação de resultados**;
- **Envolvimento da comunicação social local e nacional** na difusão de boas práticas;
- Utilização das redes dos parceiros na disseminação do processo de certificação.

Principais resultados e produtos

- **Criação de um guia de apoio à organização de iniciativas de divulgação e sensibilização aos CCA**, com enfoque na mobilização dos agentes para a sua certificação.
- Disponibilização de toda a informação numa plataforma eletrónica.

Relação entre resultados e objetivos

O processo de divulgação dos resultados do projeto engloba uma diversidade de públicos, por isso é fundamental que a informação a transmitir seja clara, transparente, acessível e oportuna, para ser compreendida e assimilada por todos os destinatários. Deste modo, a **disponibilização dos resultados numa plataforma eletrónica** permite que a informação se torne pública, pesquisável e acessível, potenciando as dinâmicas associadas aos CCA.

3.3 Atividade 3 - Definição de Propostas de Política e Recomendações Estratégicas

Descrição detalhada da atividade

Baseada no conhecimento gerado no âmbito do projeto e na experiência dos vários intervenientes, pretende-se desenvolver um **documento com propostas de política e recomendações estratégicas, que visam apoiar a dinamização e expansão dos CCA**. O documento **conterá também uma revisão de casos de sucesso na área da certificação participativa**, que possam servir como exemplo de boas práticas mobilizadoras da implementação dos CCA em Portugal.

Objetivos específicos

- Avaliar a atual situação dos CCA em Portugal e na Europa;
- Identificar medidas de política de apoio/reforço a iniciativas de criação/diversificação de CCA;
- Elaborar um conjunto de propostas/medidas concretas para apoiar a expansão dos CCA.

Metodologia utilizada

Análise crítica sobre a importância de regulamentar e legalizar um sistema de certificação participativa CCA, na definição de novas medidas de política, construído e justificado pela interação com outras experiências nacionais e europeias.

Principais resultados e produtos

Conceção de um **documento que agregue o atual contexto de medidas de políticas associadas aos CCA** e a apresentação de **propostas** concretas e exequíveis, bem como respetivas **recomendações estratégicas**, que serão disseminadas em diferentes contextos.

Relação entre resultados e objetivos

A conceção de um sistema de certificação participativa, visa credibilizar e credenciar todo o processo produtivo e comercial associado aos CCA. Deste modo, será necessária a criação e adoção de medidas de apoio adequadas e praticáveis, que possam impulsionar a adesão de novos produtores e consumidores. As propostas e recomendações estratégicas terão também em consideração a avaliação das atuais medidas de política, em especial associadas à operação 10.2.1.4 do PDR 2020.

3.4 Atividade 4 - Avaliação do Projeto

Objetivos específicos

- Contribuir para melhorar, reorientar, sistematizar e articular as atividades previstas no projeto;
- Identificar eventuais constrangimentos;
- Analisar os resultados obtidos face aos objetivos programados;
- Produzir os relatórios de avaliação.

Metodologia utilizada

Criação de um referencial de monitorização e avaliação, com registo de todas as tarefas e ações realizadas no âmbito das atividades do projeto, a **conceber em conjunto com os parceiros**.

Principais resultados e produtos

Produção de um **relatório intercalar** e de um **relatório final** de execução. Os resultados da avaliação serão **apresentados no Seminário final** do projeto previsto na atividade 2.

Relação entre resultados e objetivos

A monitorização e avaliação da operação serão realizadas com base na análise de progresso dos objetivos e das atividades traçadas, em termos de **realização física e financeira e dos resultados observados**. A **recolha de informação em cada uma das fases do projeto será devidamente articulada com os parceiros**, envolvendo os diversos intervenientes que participem nas atividades.

Pretende-se deste modo, que a operação contribua para atingir as metas definidas no Plano de Ação da Rede Rural Nacional.

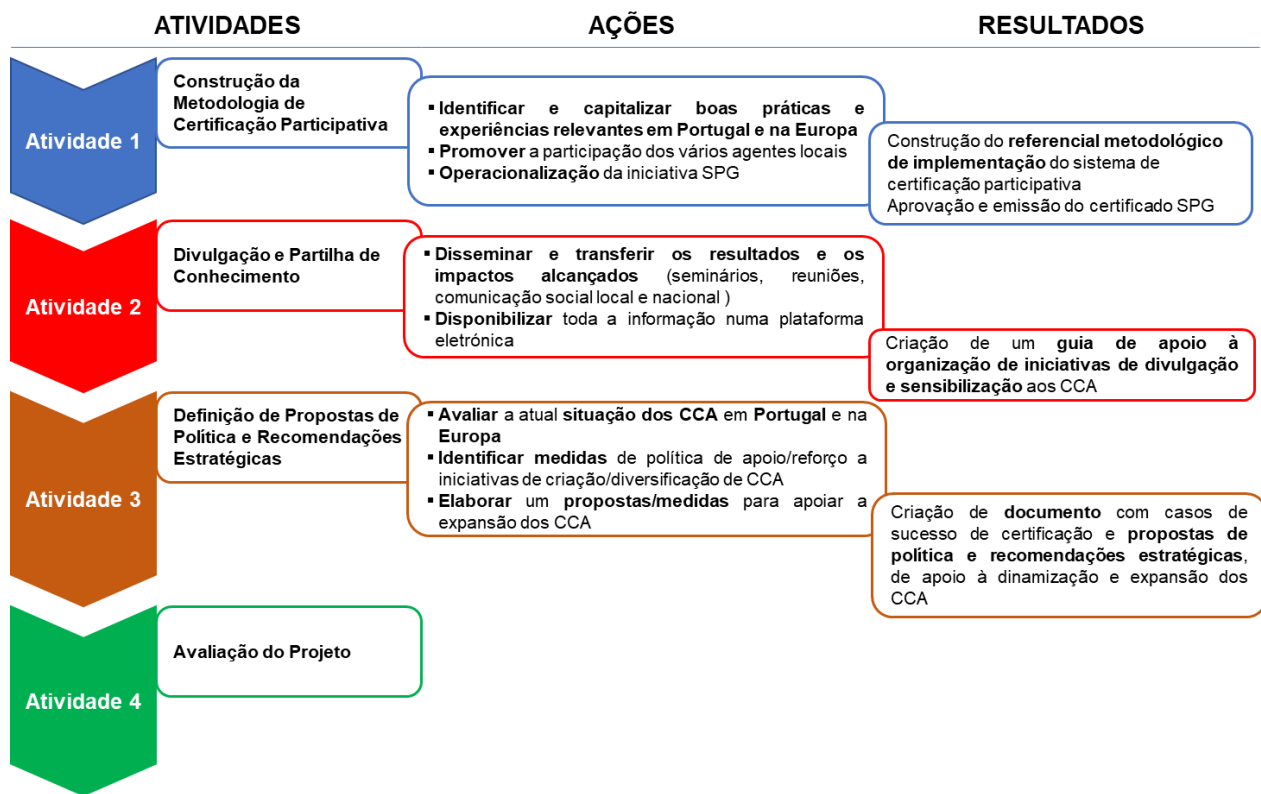


Figura 1 – Quadro síntese do projeto

3.5 Cronograma

Quando da elaboração da candidatura e respetiva aprovação, encontravam-se definidas as seguintes datas para o desenvolvimento do projeto.

Atividades	Etapas	2018		2019		2020	
		setembro	janeiro		dezembro	janeiro	setembro
1 - Construção da Metodologia de Certificação Participativa							
2 – Divulgação e partilha de conhecimento							
3 – Definição de propostas de política e recomendações estratégicas							
4 – Avaliação do projeto							

Tabela 1 – Cronograma inicial

Para que fosse possível dar cumprimento às atividades previstas no projeto, mas que tiveram que ser sucessivamente adiadas devido às imposições e restrições resultantes da situação epidemiológica do novo Coronavírus, em 19/02/2021 foi solicitado um pedido de prorrogação de prazo por mais um ano até 31/03/2022 (após concessão de uma extensão de somente 6 meses, foi posteriormente efetuado por todos os parceiros novo pedido de extensão por 6 meses que foi concedido), sendo, então, apresentada a seguinte previsão temporal, com detalhe para várias etapas correspondentes à atividade de Construção da Metodologia de Certificação Participativa.

Atividades	Etapas	2021										2022							
		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar			
1 - Construção da Metodologia de Certificação Participativa	1 – Diagnóstico ou de Avaliação ex-ante	█																	
	2 – Elaboração da proposta da iniciativa SPG				█	█													
	3 -Operacionalização da iniciativa SPG (implementação no terreno)					█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█			
	4 – Avaliação operacionalização															█	█		
2 – Divulgação e partilha de conhecimento																█	█		
3 – Definição de propostas de política e recomendações estratégicas																	█	█	
4 – Avaliação do projeto																		█	█

Tabela 2 – Cronograma ajustado

De referir, contudo, que com a intenção de capitalizar os recursos financeiros afetos ao projeto e tendo em vista a disseminação dos resultados do projeto após o seu encerramento, com a produção de material de divulgação que incluiu, para além do preconizado inicialmente, um conjunto de 17 fichas técnicas temáticas a integrar no referencial metodológico SPG, o parceiro COIMBRAMAISFUTURO apresentou no final de março de 2022, um pedido de prorrogação de datas para até 30/06/2022, o que conduziu a ADREPES, por ser o líder da parceira, a apresentar também o pedido de prorrogação de datas para o período referido, tendo em vista a submissão de um PALT físico e financeiro para encerramento de projeto, a execução de investimento alterado ao nível da produção de material e a submissão do último pedido de pagamento do projeto.

3.6 Orçamento Financeiro

No processo de candidatura era previsto um orçamento global previsional de 100.000€, correspondendo à ADREPES, como entidade promotora, um valor de 60.000€ e a cada um dos restantes membros da parceria um valor de 5.000€.

3.6.1 ADREPES

Na Adenda do Termo de Aceitação do projeto pela ADREPES ficaram estabelecidos os valores apresentados na tabela seguinte.

Rubrica	Investimento Total	Investimento Elegível	Incentivos	Não reembolsável
Despesas pessoal	19 643,16 €	19 643,16 €	19 643,16 €	19 643,16 €
Aquisição de bens e serviços	37 220,92 €	36 546,16 €	36 546,16 €	36 546,16 €
Divulgação, promoção e marketing	600,00 €	600,00 €	600,00 €	600,00 €
Deslocações e estadias	1 721,95 €	1 721,95 €	1 721,95 €	1 721,95 €
Despesas de funcionam. - Custos Simplificados	589,29 €	589,29 €	589,29 €	589,29 €
TOTAL	59 775,32 €	59 100,56 €	59 100,56 €	59 100,56 €

Tabela 3 – Orçamento Financeiro da ADREPES por rubricas

No investimento elegível houve uma redução de 674,76 € devido a custos considerados não justificados nos orçamentos apresentados.

Na Memória Descritiva que acompanhou o termo de aceitação ficaram estabelecidos os valores por atividade³ conforme apresentado na tabela seguinte.

Atividade	Designação	Custo
1	Construção da Metodologia de Certificação Participativa	26 137,40 €
2	Divulgação e Partilha de Conhecimentos	11 533,76 €
3	Definição de Propostas de Política e Recomendações Estratégicas	10 069,44 €
4	Avaliação do Projeto	12 034,72 €
TOTAL		59 775,32 €

Tabela 4 – Orçamento Financeiro da ADREPES por atividade

Em 16/02/2022, foi submetido um pedido de alteração, com o objetivo de proceder ao ajuste financeiro do orçamento para encerramento da operação, contemplando o seguinte:

- Acertos na rubrica de despesas com pessoal, custos de funcionamento, deslocações e estadas.
- Reforço da rubrica de aquisição de serviços para incluir duas despesas que surgiram com o decorrer do projeto:
 - o Parecer Universidade de Córdoba sobre o referencial de critérios SPG;
 - o Conceção gráfica dos materiais de divulgação do projeto.

Na tabela seguinte apresentam-se os valores que foram submetidos.

Rubrica	Investimento com IVA (Elegível)
Imateriais Custos indiretos	527,33 €
Aquisição de bens e serviços Deslocações e estadas	65,05 €
Aquisição de bens e serviços Aquisição de bens e serviços	30 445,56 €
Aquisição de bens e serviços Bens e serviços relacionados com Desenvolvimento aplicacional, nos domínios das comunicações, da internet, multimédia, publicidade e sensibilização	9 985,55 €
Aquisição de bens e serviços Outras despesas relacionadas com a organização de reuniões, seminários, colóquios, conferências e outros eventos nas áreas de intervenção da RRRN	500,00 €
Despesas com pessoal Remuneração Base	13 905,15 €
Despesas com pessoal Encargos Sociais da Entidade Patronal	3 100,86 €
Despesas com pessoal Subsídio de Alimentação	571,06 €
TOTAL	59 100,56 €

Tabela 5 – Orçamento Financeiro da ADREPES ajustado

³ A repartição por atividade é resultado dos seguintes critérios:

- Atividade 1 – 50% das despesas com Pessoal e Custos Indiretos, serviços de acompanhamento científico (associados à atividade 1), deslocações e estadas;
- Atividade 2 – 20% das despesas com Pessoal e Custos Indiretos, serviços de conceção dos materiais de divulgação do projeto e (9.985,14€); os serviços de apoio ao seminário final;
- Atividade 3 – 20% das despesas com Pessoal e Custos Indiretos e serviços de acompanhamento científico (associados à atividade 3);
- Atividade 4 – 100% das despesas com Pessoal e Custos Indiretos e serviços de avaliação do projeto.

Decorrentes da alteração efetuada e do pedido de prorrogação de março de 2022, apresentam-se os quadros seguintes (por rúbrica e por atividade).

Rubrica	Investimento com IVA (Elegível)
Despesas pessoal	17 577,07 €
Aquisição de bens e serviços	40 430,69 €
Divulgação, promoção e marketing	500,00 €
Deslocações e estadias	65,05 €
Despesas de funcionam. - Custos Simplificados	527,31 €
TOTAL	59 100,12 €

Tabela 6 – Orçamento Financeiro ajustado da ADREPES por rúbricas

Atividade	Designação	Custo
1	Construção da Metodologia de Certificação Participativa	23 722,79 €
2	Divulgação e Partilha de Conhecimentos	14 106,01 €
3	Definição de Propostas de Política e Recomendações Estratégicas	9 620,88 €
4	Avaliação do Projeto	11 650,44 €
	TOTAL	59 100,12 €

Tabela 7 – Orçamento Financeiro ajustado da ADREPES por atividade

3.6.2 Restantes parceiros do projeto

Nas tabelas seguintes são apresentados os orçamentos de cada um dos restantes parceiros do projeto

PARCEIRO	Despesas pessoal	Aquisição de bens e serviços	Divulgaç. promoção marketing	Deslocaç. e estadias	Despesas funciona.	SOMA
ADER-SOUSA	4 690,32 €			309,00 €		4 999,32 €
ADIRN	3 903,13 €	675,18 €		304,60 €	117,09 €	5 000,00 €
ATAHCA	3 308,29 €		400,00 €	1 192,46 €	99,24 €	4999,99 €
COIMBRAMAISFUTURO	3 044,04 €		1 515,36 €	368,62 €	70,00 €	4 998,02 €
DRAPLVT	5 000,00 €					5 000,00 €
MONTE	3 017,90 €	1 295,11 €		264,70 €	90,52 €	4 668,23 €
PRÓ-RAIA	4 047,00 €		640,82 €	176,04 €	121,89 €	4 985,75 €
TAGUS	3 733,34 €		705,00 €	457,10 €	101,66 €	4 997,10 €
SOMA	30 744,02 €	1 970,29 €	3 261,18 €	3 072,52 €	600,40 €	39 648,41 €

Tabela 8 – Orçamento Financeiro dos parceiros por rúbrica

4 ATIVIDADES REALIZADAS

4.1 *No âmbito da Atividade 1 - Construção da Metodologia de Certificação Participativa*

Para a conceção e estruturação de um referencial técnico e metodológico que sirva como guia de apoio ao processo de certificação participativa dos CCA, foram realizadas diversas ações, designadamente:

- Recolha e análise bibliográfica sobre o tema, que permitiu conhecer experiências existentes e em funcionamento;
- Caracterização socioeconómica dos produtores, consumidores e demais atores locais, selecionados por cada um dos parceiros no seu território, tendo em vista obter o envolvimento e a participação ativa dos atores com uma abordagem local, através de entrevistas e inquéritos, sendo para o efeito:
 - Elaboradas e aplicadas fichas de caracterização dos produtores (presencialmente e em visitas às explorações agrícolas) e dos consumidores (realizados online através da plataforma googleforms);
 - Elaborada a ficha de caracterização dos CCA em cada um dos territórios dos parceiros, após a sua prévia identificação (CCA Cabazes, CCA Mercados Locais, Colónia Agrícola, etc.);

Apesar de não previstos no projeto inicial, pela necessidade detetada de haver um melhor conhecimento “do terreno”, foram realizados 3 tipos de inquéritos: aos GAL/Parceiros do Projeto, aos produtores (46) e aos consumidores (1486). Para além da obtenção das características socioeconómicas os inquéritos tiveram em vista uma avaliação se o processo de implementação do SPG é (ou não) passível de ser implementado no território. Foi elaborado o documento intitulado, “**Análise dos Resultados dos inquéritos**” (Rodrigo, Isabel, 2022) onde se transcreveram os resultados dos inquéritos realizados por cada um dos GAL.

Para a identificação e capitalização de boas práticas e experiências relevantes na área dos CCA, foram apresentados e discutidos no âmbito das várias reuniões da parceria, os seguintes casos:

- Rede Ecovida de Agroecologia no sul do Brasil, apresentado pelo Eng.º Rodrigo Novakoski, técnico de extensão rural, onde foi possível perceber como surgiu a rede, como está organizada e quais as mais valias e dificuldades associadas à implementação de um sistema participativo de garantia (15 de abril de 2021);
- Apresentações baseadas na experiência de implementação de Sistemas Participativos de Garantia no Brasil, pelos Eng.º Rogério Dias do Instituto Brasil Orgânico e o Eng.º Luciano Mattos Pesquisador da Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (20 de maio de 2021);
- A implementação dos SPG em Espanha, que conta atualmente com 8 sistemas participativos a funcionar há mais de 5 anos, apresentado pela investigadora Maria Carmem Padilla da Universidade de Córdoba (16 de junho de 2021).

Após a análise e discussão entre os parceiros de versões preliminares, foi aprovado, em 6 de outubro de 2021, um documento intitulado “**Sistemas Participativos de Garantia e Circuitos Curtos Agroalimentares: Manual Técnico e Metodológico**”, contemplando as principais etapas a observar, metodologia e principais técnicas a adotar pelos parceiros do projeto, tendo em vista a implementação de iniciativas designadas por Sistemas Participativos de Garantia aplicados a CCA a implementar, nos respetivos territórios.

Em consequência das dificuldades sentidas e relatadas pelos parceiros aquando das primeiras reuniões com produtores para divulgar o SPG, foram elaboradas 17 Fichas Técnicas das Boas Práticas Agrícolas, contendo, cada uma, um breve enquadramento sobre a prática agrícola, vantagens da sua aplicação, processo e principais características associados; preparação, problemas, soluções e exemplos práticos devidamente ilustrados com imagens e esquemas, designadamente:

1. Agricultura circular, sustentável, regenerativa e biológica
2. As rotações de culturas
3. As consociações de culturas
4. Compostagem
5. Correção orgânica e mineral
6. Adubação verde
7. Adubação orgânica e mineral
8. Empalhamento, não mobilização e mobilização mínima
9. Auxiliares na limitação natural de pragas
10. Auxiliares na luta biológica
11. Substâncias de base de uso fitossanitário
12. Biopesticidas para combater pragas e doenças
13. Captura massiva de pragas
14. Outros meios de proteção fitossanitária
15. Proteção das culturas contra pragas
16. Proteção das culturas contra doenças
17. Boas práticas de pós-colheita e comercialização

De referir a importância da adoção de boas práticas agrícolas por parte dos produtores que pretendam aderir ao SPG, conforme mencionado no Manual Técnico e no Referencial SPG.

Em reunião de parceria ficou decidido que tais fichas técnicas se constituam como um documento autónomo⁴.

Foi, também elaborado um documento intitulado “**Referencial de Critérios e Regras do Sistema Participativo de Garantia, aplicada à modalidade dos cabazes PROVE**”, que pretende promover a implementação do SPG através da adoção de um conjunto de critérios e regras que visam essencialmente o sistema de produção, a localização e envolvente da exploração agrícola, a eficiência energética e a economia circular, a colheita e comercialização e por último as condições de trabalho.

⁴ A autoria e conteúdo científico das Fichas 1 a 16, inclusive, são da responsabilidade de Cristina Cunha-Queda - Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa, Centro de Investigação LEAF (Linking Landscape, Environment, Agriculture and Food) e de Jorge Ferreira - Agro-Sanus – Assistência Técnica em Agricultura Biológica, Lda. A autoria e conteúdo científico da Ficha 17 é da responsabilidade de Paulo Pereira - Associação de Desenvolvimento das Terras, Altas do Homem, Cávado e Ave (ATAHCA). A composição gráfica das fichas é da autoria de Cristina Cunha-Queda e Jorge Ferreira.

4.2 No âmbito da Atividade 2 - Divulgação e Partilha de Conhecimento

Ainda na fase inicial do projeto, a ADREPES procedeu à sua apresentação, no evento "Sessão de partilha entre projetos sobre agricultura familiar, fixação de jovens e desafios dos territórios rurais realizada", realizado online no 15 de dezembro de 2020, promovido pela Animar e a Federação Minha Terra.

Para além das reuniões com atores locais, produtores e consumidores para a aplicação das fichas de caracterização e preenchimento de inquéritos através das quais também se procedeu à divulgação e esclarecimento do sistema participativo de garantia dos CCA, foram organizados workshops regionais, designadamente:

- A ADER-SOUSA aproveitou duas sessões sobre “Segurança alimentar e economia circular na produção local”, realizadas a 28/04/2021, em Lousada, para pequenos produtores locais de hortofrutícolas que fazem comércio em circuito curto, e a 20/11/2021, no Porto, junto de consumidores PROVE, para apresentar o SPG, tendo havido em ambos os grupos interesse em aprofundar o conhecimento e experimentar a implementação do SPG;
- A ATAHCA promoveu em 12.07.2021 uma reunião com os produtores PROVE do território do Cávado com o intuito de dar a conhecer os princípios e metodologia do SPG assim como os objetivos do projeto. Os participantes mostraram-se interessados e reconhecem a sua importância como meio de credibilização do sistema de produção e comercialização, mas denotaram bastantes dificuldades em termos de conhecimentos técnicos que os impossibilitam de dar contributos e limitam a sua capacidade para intervirem num futuro processo de implementação do SPG;
- A ADIRN promoveu em julho de 2021 duas reuniões com os produtores do mercado “Eco Rural de Ourém” e da “Feira dos Produtos da Terra em Torres Novas” de modo a apresentar e clarificar o projeto, para posterior implementação do SPG. Denotou-se por parte dos produtores a vontade de abraçar este “nosso” projeto, apesar de se notar uma reticência inicial declararam que seria uma mais-valia para eles e para a região. No entanto referiram que o mesmo tem que ser o mais simples possível pois informaram que não dispõem de muito tempo para procedimentos administrativos complexos;
- O I Encontro sobre Sistemas Participativos de Garantia, organizado pela ADREPES, que decorreu em 18 de outubro 2021 e onde participaram produtores e técnicos locais de diversos territórios com o objetivo de refletir sobre os princípios base do sistema participativo associado à modalidade cabazes, numa lógica de “co-construção e partilha coletiva”;
- No seguimento deste Encontro, em 25 de outubro de 2021 foram realizadas, pela ADREPES, duas reuniões territoriais com os produtores identificados na Península de Setúbal (1 de manhã com os produtores do concelho de Sesimbra e outra reunião de tarde com os produtores dos concelhos de Palmela, Moita, Montijo e Setúbal), tendo como objetivo o início da organização do processo SPG associado à venda de cabazes.

Registou-se, também, o envolvimento da comunicação social local, designadamente:

- Num suplemento do Jornal Cidade de Tomar (13/08/2021), com o apoio da ADIRN, em que é descrito o projeto e se dá conta das reuniões realizadas em colaboração com os municípios de Torres Novas e de Ourém, com produtores locais e dos questionários efetuados a produtores e consumidores;

- No jornal Semmais da região de Setúbal (18/03(2022) e no portal da Minha Terra-federação Portuguesa De Associações De Desenvolvimento Local, a divulgar a realização do seminário final do projeto;
- Descrição do projeto e acesso aos documentos, na revista Voz do Campo (05/07/2022), que reúne a informação relevante sobre agricultura e no site da Agroportal (30-06-2022), publicação mensal especializada no setor agrário;
- Descrição do projeto no site Inovação para a Agricultura.

Foi criado um guia de apoio, intitulado **“Agroecologia, Circuito Curto Agroalimentar e Sistema Participativo de Garantia: definições adotadas”**.

Tendo em vista uma identidade facilitadora da promoção e divulgação do projeto foi elaborado e decidido o seu registo no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) o seguinte logótipo referente ao sistema participativo de garantia dos CCA.



Figura 2 – Logótipo do sistema participativo de garantia dos CCA

Foi, também, elaborado um manual de normas gráficas e dos diferentes formatos do logótipo, para utilização em todos os documentos do projeto.

Em reunião de 13/01/2022, a parceria decidiu suspender a criação da plataforma eletrónica e, em alternativa, disponibilizar toda a informação entretanto produzida no âmbito do projeto, nos respetivos sítios, entre outros, os seguintes documentos/elementos relativos projeto:

- Definições adotadas no âmbito do projeto
- Conceção e estruturação de um manual técnico e metodológico
- Instrumentos de política
- Resultados dos inquéritos por questionário e por entrevista realizados aos GAL/Parceiros do Projeto, a produtores agrícolas envolvidos em CCA selecionados para dar início ao processo SPG e a consumidores do cabaz PROVE
- Fichas de boas práticas agrícolas
- Referencial de critérios e regras SPG aplicados à modalidade CCA dos cabazes PROVE
- Relatório de avaliação do projeto
- Logótipo SPG
- Vídeo explicativo do SPG

No dia 23/03/2022, em Palmela, no Espaço Fortuna – Artes e Ofícios, para apresentação dos resultados e produtos do projeto, decorreu em formato presencial e online o Seminário Final do Projeto, intitulado “Sistema Participativo de Garantia dos Circuitos Curtos Agroalimentares” que contou com 125 participantes, contendo

apresentações e debates sobre o SPG, designadamente:

- Sistema Participativo de Garantia e Circuitos Curtos Agroalimentares – apresentação efetuada por Isabel Rodrigo do Instituto Superior de Agronomia;
- Produtos e Ferramentas do Projeto - apresentação efetuada por Paulo Pereira da ATAHCA;
- Sistemas Participativos de Garantia, o caso Espanhol - apresentação efetuada por Maria Carmem Padilla da Universidade de Córdoba;
- Experiência Sistema Participativo de Garantia, o caso Espanhol SPG Ecollaures - apresentação efetuada pela produtora Mar Esteve;
- Recomendações Políticas - apresentação efetuada por Natália Henriques da ADREPES

Foi efetuado um inquérito para avaliação do seminário, sendo apresentados vários aspetos positivos do Seminário e sugestões de melhoria.⁵

De referir, ainda, a impressão para distribuição pelos parceiros do seguinte material de 100 conjuntos de 17 fichas de boas práticas SPG e de 100 manuais SPG (compilação das 17 fichas de boas práticas SPG).

4.3 No âmbito da Atividade 3 - Definição de Propostas de Política e Recomendações Estratégicas

Com base no conhecimento gerado no âmbito do projeto e experiência dos vários intervenientes e após a análise e discussão entre os parceiros de versões preliminares, foi elaborado um documento intitulado **“Sistemas Agroalimentares Sustentáveis à escala regional/local: Proposta de medida e de instrumentos de política”**, onde:

- Se contextualiza a Medida Sistemas Agroalimentares Sustentáveis nos objetivos da PAC pós 2020 e no Plano Estratégico da PAC para Portugal (PEPAC);
- Dá-se a conhecer os objetivos geral, específico, operacionais e o objetivo transversal da medida;
- Se propõem os principais beneficiários/destinatários da Medida;
- Se descrevem os instrumentos de política, devidamente fundamentados, a adotar a fim de implementar cada um dos 3 objetivos operacionais;
- Se apresentam os principais programas/entidades/documentos e legislação nacional e europeia que fundamentam quer os 3 Objetivos Operacionais da Medida Sistemas Agroalimentares Sustentáveis, quer os respetivos instrumentos de política apresentados.

⁵ Em resultado da análise de 45 respostas, constatou-se que numa escala de 1 – Insuficiente a 5 – Muito Bom, mais de 93% atribuíram valores entre 4 e 5 relativamente ao “interesse dos temas abordados”, “qualidade das intervenções” e “globalmente a sessão correspondeu às expectativas”.

4.4 No âmbito da Atividade 4 - Avaliação do Projeto

Em reunião dos parceiros realizada em 20 de maio de 2021, foi apresentada e aceite, uma metodologia de avaliação do projeto, considerando a importância do envolvimento de todos os parceiros e demais atores locais, num processo que se pretendia altamente participativo e, em 16 de junho de 2021, apresentado e analisado em conjunto com os parceiros, um referencial de monitorização e avaliação, com registo de todas as tarefas e ações realizadas no âmbito das atividades do projeto.

Decorrente da metodologia aprovada foi elaborado um relatório intercalar, que foi objeto de apreciação pelos parceiros do projeto, com a quantificação e análise dos resultados e objetivos previstos nas Atividades 1 e 2 sendo, então, apresentada uma análise crítica e sugestões.

Após conclusão do projeto foi elaborado o presente relatório final de execução que foi, também, previamente apreciado pelos parceiros do projeto, não sendo, no entanto, apresentado no Seminário final conforme previsto inicialmente.

5 REALIZAÇÃO TEMPORAL

Conforme referido na descrição do projeto, a sua calendarização foi objeto de extensões no tempo, face às imposições e restrições resultantes da situação epidemiológica do novo Coronavírus.

Por outro lado, como se poderá deduzir do cronograma representativo, era prevista a sobreposição das atividades, bem como se pretendia para todas as atividades a sua conclusão na data final do projeto, no pressuposto, sobretudo, de que os respetivos *outputs* documentais beneficiassem de análise melhorias resultantes das etapas anteriores.

Tendo em conta a concretização dos documentos com que se pretendia finalizar cada uma das atividades (referencial metodológico de implementação do SPG, guia de apoio, ao processo de certificação e política e recomendações estratégicas), bem como realizado o Seminário Final do Projeto no dia 23/03/2022, pode-se, por conseguinte, considerar que forram cumpridos os prazos estabelecidos inicialmente após a extensão justificada e aprovada na fase inicial face à situação pandémica no país.

Relativamente à prorrogação do prazo para a absorção da produção de material de divulgação que incluiu, para além do preconizado inicialmente, um conjunto de 17 fichas técnicas temáticas a integrar no referencial metodológico SPG, tal foi concretizado no prazo previsto.

6 REALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO FINANCEIRO

6.1 ADREPES

Nas tabelas seguintes, apresentam-se os valores previstos, realizados e desvios, relativos à ADREPES.

Rubrica	Investimento Previsto	Investimento Realizado	Desvio	
			Valor	%
Despesas pessoal	17 577,07 €	17 569,33 €	-7,74 €	-0,04%
Aquisição de bens e serviços	40 430,69 €	40 430,68 €	-0,01 €	0,00%
Divulgação, promoção e marketing	500,00 €	300,00 €	-200,00 €	40,00%
Deslocações e estadias	65,05 €	65,05 €	0,00 €	0,00%
Despesas de funcionamento - Custos Simplificados	527,31 €	527,08 €	-0,23 €	-0,04%
TOTAL	59 100,12 €	58 892,14 €	-207,98 €	-0,35%

Tabela 9 – Realização do Orçamento Financeiro da ADREPES por rubricas

Ativ.	Designação	Investimento Previsto	Investimento Realizado	Desvio	
				Valor	%
1	Construção da Metodologia de Certificação Participativa	23 722,79 €	23 718,81 €	-3,99 €	-0,02%
2	Divulgação e Partilha de Conhecimentos	14 106,01 €	13 904,41 €	-201,60 €	-1,43%
3	Definição de Propostas de Política e Recomendações Estratégicas	9 620,88 €	9 619,28 €	-1,60 €	-0,02%
4	Avaliação do Projeto	11 650,44 €	11 649,64 €	-0,80 €	-0,01%
	TOTAL	59 100,12 €	58 892,14 €	-207,98 €	-0,35%

Tabela 10 – Realização do Orçamento Financeiro da ADREPES por atividade

A ADREPES teve, assim, uma taxa de execução de 99,65%, sendo os desvios existentes materialmente irrelevantes. Destaca-se o valor 201,60€ associado ao desvio ocorrido na rubrica “Divulgação e Partilha de Conhecimentos”, correspondendo a -1,43% face ao investimento previsto.

6.2 Restantes parceiros do projeto

Nas tabelas seguintes são apresentados os valores previstos, realizados e desvios de cada um dos parceiros do projeto.

PARCEIRO	Despesas pessoal	Aquisição de bens e serviços	Divulgação promoção marketing	Deslocação e estadias	Despesas funciona.	SOMA
ADER-SOUSA						
Previsto	4 690,32 €			309,00 €		4 999,32 €
Realizado	4 680,88 €			309,00 €		4 989,88 €
Desvio (valor)	-9,44 €			0,00 €		-9,44 €
Desvio (%)	-0,2%			0,0%		-0,2%
ADIRN						
Previsto	3 903,13 €	675,18 €		304,60 €	117,09 €	5 000,00 €
Realizado	3 895,26 €	48,31 €		87,80 €	116,86 €	4 148,23 €
Desvio (valor)	-7,87 €	-626,87 €		-216,80 €	-0,23 €	-851,77 €
Desvio (%)	-0,2%	-92,8%		-71,2%	-0,2%	-17,0%
ATAHCA						
Previsto	3 308,29 €		400,00 €	1 192,46 €	99,24 €	4 999,99 €
Realizado	3 076,26 €		0,00 €	468,28 €	0,00 €	3 544,54 €
Desvio (valor)	-232,03 €		-400,00 €	-724,18 €	-99,24 €	-1 455,45 €
Desvio (%)	-7,0%		-100,0%	-60,7%	-100,0%	-29,1%
COIMBRAMAISFUTURO						
Previsto	3 044,04 €		1 515,36 €	368,62 €	70,00 €	4 998,02 €
Realizado	3 059,53 €		1 282,28 €	527,65 €	70,00 €	4 939,46 €
Desvio (valor)	15,49 €		-233,08 €	159,03 €	0,00 €	-58,56 €
Desvio (%)	0,5%		-15,4%	43,1%	0,0%	-1,2%
DRAPLVT						
Previsto	5 000,00 €					5 000,00 €
Realizado	5 000,00 €					5 000,00 €
Desvio (valor)	0,00 €					0,00 €
Desvio (%)	0,0%					0,0%
MONTE						
Previsto	3 017,90 €	1 295,11 €		264,70 €	90,52 €	4 668,23 €
Realizado	2 694,00 €	184,50 €			80,52 €	2 959,02 €
Desvio (valor)	-323,90 €	-1 110,61 €		-264,70 €	-10,00 €	-1 709,21 €
Desvio (%)	-10,7%	-85,8%		-100,0%	-11,0%	-36,6%
PRÓ-RAIA						
Previsto	4 047,00 €		640,82 €	176,04 €	121,89 €	4 985,75 €
Realizado	1 389,85 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 389,85 €
Desvio (valor)	-2 657,15 €		-640,82 €	-176,04 €	-121,89 €	-3 595,90 €
Desvio (%)	-65,7%		-100,0%	-100,0%	-100,0%	-72,1%
TAGUS						
Previsto	3 733,34 €		705,00 €	457,10 €	101,66 €	4 997,10 €
Realizado	3 733,34 €		705,00 €	256,50 €	101,66 €	4 796,50 €
Desvio (valor)	0,00 €		0,00 €	-200,60 €	0,00 €	-200,60 €
Desvio (%)	0,0%		0,0%	-43,9%	0,0%	-4,0%
SOMA						
Previsto	30 744,02 €	1 970,29 €	3 261,18 €	3 072,52 €	600,40 €	39 648,41 €
Realizado	27 529,12 €	232,81 €	1 987,28 €	1 649,23 €	369,04 €	31 767,48 €
Desvio (valor)	-3 214,90 €	-1 737,48 €	-1 273,90 €	-1 423,29 €	-231,36 €	-7 880,93 €
Desvio (%)	-10,5%	-88,2%	-39,1%	-46,3%	-38,5%	-19,9%

Tabela 11 – Realização do Orçamento Financeiro dos parceiros por rúbrica

No que diz respeito, á realização do orçamento financeiro por parte das restantes entidades envolvidas no projeto, o parceiro DRAPLVT concretizou 100% do investimento previsto. Os parceiros ADER-SOUSA, COIMBRAMAISFUTURO e TAGUS, concretizaram cerca de 100% dos investimentos previstos, tendo ocorrido desvios inferiores a 5% na execução financeira do projeto.

Quanto aos parceiros com desvios superiores na execução do investimento previsto há os seguintes destaques:

- O parceiro ADIRN apresenta um desvio de 17% derivado de menores investimentos realizados nas rubricas de “Aquisição de bens e serviços” e de “Deslocação e estadias”, com desvios de -626,87 € e de -216,80 €, respetivamente;
- O parceiro ATAHCA apresenta um desvio de 29% derivado, sobretudo, de menores investimentos realizados nas rubricas de “Despesas com pessoal”, “Divulgação promoção marketing” e de “Deslocação e estadias”, com desvios de -232,03 €, -400,00 € e de -724,18 €, respetivamente;
- O parceiro MONTE apresenta um desvio de 37% derivado, sobretudo, de menores investimentos realizados nas rubricas de “Despesas com pessoal”, “Aquisição de bens e serviços” e de “Deslocação e estadias”, com desvios de -323,90 €, -1 110,61 € e de -264,70 €, respetivamente;
- O parceiro PRÓ-RAIA apresenta um desvio de 72% derivado, sobretudo, de menores investimentos realizados nas rubricas de “Despesas com pessoal”, “Divulgação promoção marketing” e de “Deslocação e estadias”, com desvios de -2 657,15 €, -640,82 € e de -176,04 €, respetivamente.

No entanto, analisando os valores globais dos parceiros ao nível da execução financeira do projeto, verifica-se que o desvio ocorrido relativamente ao investimento previsto apresenta uma importância de cerca de 20%, correspondendo a um valor de 7 880,93 €.

7 ANÁLISE CRÍTICA

7.1 Atividade 1 - Construção da Metodologia de Certificação Participativa

Era pretendido nesta atividade, como suporte para construir e estruturar uma metodologia de certificação participativa dos CCA em Portugal, identificar e capitalizar boas práticas e experiências relevantes na área dos CCA em Portugal e na Europa e promover a participação dos vários agentes locais, bem como operacionalizar e avaliar uma iniciativa SPG.

Para além da descrição de casos obtidos através da revisão bibliográfica, foram apresentados e discutidos em reuniões dos parceiros alguns exemplos de implementação dos SPG no Brasil e Espanha.

Tendo em vista a caracterização socioeconómica dos produtores, consumidores e demais atores locais, foram elaboradas e aplicadas fichas de caracterização dos CCA, dos produtores (presencialmente) e dos consumidores e, apesar de não previsto no projeto, foram realizados inquéritos ao GAL/Parceiros do Projeto, a produtores (46) e a consumidores (1486) cujos resultados são apresentados num documento intitulado, “**Resultados dos inquéritos por questionário e por entrevista**” (Rodrigo, Isabel, 2022).

Procuraram cada um dos parceiros que diversos produtores, consumidores e outras instituições locais que integram diferentes processos de CCA, numa perspetiva de trabalho colaborativo entre pares, registando-se, todavia, diferentes dinâmicas entre territórios, sobretudo naqueles em que existem menores redes e práticas de circuitos curtos de comercialização.

Certamente que a situação epidemiológica do novo Coronavírus, COVID-19, não beneficiou para que as especificidades dos SPG fossem melhor apropriadas e refletidas pelos parceiros, divulgadas junto dos produtores agrícolas, consumidores e outras partes interessadas em cada território e debatidas mais profundamente pelos atores locais, atendendo a que impediu fortemente o contacto pessoal na transmissão dos vários elementos.

Tal situação, conseqüentemente, também não permitiu a concretização do objetivo de operacionalizar e avaliar uma iniciativa SPG, o que passaria, entre outros, por estabelecer estruturas básicas do SPG (grupos/Comissões) e respetivas funções e composição.

No entanto, o objetivo de conceção e estruturação de um referencial técnico e metodológico que sirva como guia de apoio ao processo de certificação participativa dos CCA, foi alcançado, encontrando-se transcrito no documento intitulado **“Sistemas Participativos de Garantia a aplicar aos Circuitos Curtos Agroalimentares: Manual Técnico e Metodológico”**.

Foi, ainda, decidida a elaboração, como documento autónomo, de uma compilação de 17 Fichas Técnicas das Boas Práticas Agrícolas, para apoio aos produtores, bem como um **“Referencial de Critérios e Regras do Sistema Participativo de Garantia, aplicada à modalidade dos cabazes PROVE”**, que pretende promover a implementação do SPG através da adoção de um conjunto de critérios e regras que visam essencialmente o sistema de produção, a localização e envolvente da exploração agrícola, a eficiência energética e a economia circular, a colheita e comercialização e por último as condições de trabalho.

7.2 Atividade 2 - Divulgação e Partilha de Conhecimento

Para a divulgação e esclarecimento do sistema participativo de garantia dos CCA, era pretendido que cada um dos parceiros promovesse a realização de reuniões com atores locais, produtores e consumidores. No entanto, foi reduzido o número de tais eventos, concretizando-se somente em reuniões com consumidores PROVE realizadas no Porto e com produtores em Lousada, território do Cávado, Ourém, Torres Novas e Península de Setúbal.

Foi criado o guia de apoio que sistematiza e disponibiliza todo o processo de certificação.

Tendo em vista uma identidade facilitadora da promoção e divulgação do projeto foi elaborado e registado no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) um logótipo referente ao sistema participativo de garantia dos CCA, bem como elaborado um manual de normas gráficas e dos diferentes formatos do logótipo, para utilização em todos os documentos do projeto.

Em alternativa à criação de uma plataforma eletrónica para disponibilizar toda a informação, foi estabelecido todos os parceiros divulgarem nos respetivos sítios os principais documentos/elementos relativos ao projeto.

Tal como para o desenvolvimento da atividade anterior, a situação epidemiológica no país prejudicou o número de ações de divulgação e partilha junto dos produtores agrícolas, consumidores e outras partes interessadas em cada território, face às restrições de contacto pessoal.

Apesar da generalidade dos participantes nas reuniões se mostrarem interessados e reconhecerem a importância do SPG como meio de credibilização do sistema de produção e comercialização, detetaram-se dificuldades em termos de conhecimentos técnicos, confirmadas pelos inquéritos aos produtores, que os impossibilitam de dar contributos e limitam a sua capacidade para intervirem num futuro processo de implementação do SPG.

Em síntese, foi atingido o objetivo de elaboração de um guia de apoio à organização de iniciativas de divulgação e sensibilização aos CCA e, apesar de não se ter criada uma plataforma eletrónica para disponibilizar toda a informação, esta poderá encontrar-se no site da ADREPES que será replicada nos sites dos parceiros (também disponibilizada no site da Rede Rural Nacional, entidade financiadora do projeto), de forma pública, pesquisável e acessível, potenciando as dinâmicas associadas aos CCA.

7.3 À Definição de Propostas de Política e Recomendações Estratégicas

Era pretendido nesta atividade, avaliar a atual situação dos CCA em Portugal e na Europa, identificar medidas de política de apoio/reforço a iniciativas de criação/diversificação de CCA e elaborar um conjunto de propostas/medidas concretas para apoiar a expansão dos CCA.

Com este sentido, foi criado um documento intitulado “**Sistemas Agroalimentares Sustentáveis à escala regional/local: Proposta de medida e de instrumentos de política**”, com **propostas de política e recomendações estratégicas**, de apoio à dinamização e expansão dos CCA.

Tal documento foi enviado para a Federação Minha Terra, Gabinete da Ministra da Agricultura e Alimentação e DGADR - Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

8 CONCLUSÕES

Apesar das restrições apontadas ao desenvolvimento das diversas atividades do projeto em resultado situação epidemiológica no país e que impediu fortemente o contacto pessoal que seria muito mais favorável para uma maior assimilação, transmissão e divulgação do projeto, das técnicas e de outros conhecimentos adquiridos, considera-se que foram atingidos os principais objetivos do projeto, embora, não tenha sido atingido o objetivo de operacionalizar e avaliar uma iniciativa SPG (atividade apresentada aquando do pedido de prorrogação de prazo e que não constava na candidatura inicial), sendo, todavia, criadas as bases para o efeito.

Os documentos construídos e disponibilizados publicamente pelos parceiros, em particular, o manual técnico e metodológico dos sistemas participativos de garantia a aplicar aos Circuitos Curtos Agroalimentares (referenciais SPG), possibilitam, ainda, que se dê continuidade à divulgação, à atração de mais produtores e apropriação pelos diversos atores destes sistemas e potenciam o apoio e desenvolvimento futuro de ações de concretização de certificações participativas locais e à sustentabilidade dos CCA, cabendo, em particular aos parceiros do projeto, continuar a dinamizar a implementação do SPG nos seus territórios, como forma de acreditar os processos de CCA existentes.

De salientar a elaboração como documento autónomo de uma compilação de 17 Fichas Técnicas das Boas Práticas Agrícolas, e o **“Referencial de Critérios e Regras do Sistema Participativo de Garantia, aplicada à modalidade dos cabazes PROVE”**, para apoio aos produtores, o que, certamente, irá contribuir para colmatar as dificuldades registadas em termos de conhecimentos técnicos por parte destes atores e facilitar a incorporação de todo o processo SPG, facilitando, também a sua disseminação e implementação no território no presente e ao longo de próximos anos.

De referir, também a disponibilização do documento, **“Resultados dos inquéritos por questionário e por entrevista”** que permite um melhor conhecimento dos potenciais atores e das carências a colmatar, tendo em vista uma melhor a implementação dos SPG.